

INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

Por acreditar que a combinação de esforços do Poder Público e da Sociedade Civil é a melhor forma de qualificar os serviços prestados ao Cidadão, a Seplan durante todo esse período buscou ouvir os anseios da população através de reuniões com associações de moradores e reuniões dos conselhos municipais vinculados ao órgão..

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA

No início do mandato do atual Prefeito Municipal, a Seplan foi incumbida de assumir as atividades do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), que já possuía a Lei de Criação n.º 1.169/2006 e decreto publicado pela atual gestão nomeando os membros representantes dos poderes Executivo e Legislativo. Não havia uma memória oficial do CMPU e suas realizações passadas e, diante disto, as recém-nomeadas conselheiras da Seplan, puseram-se a buscar informações inerentes ao conselho, a fim de resgatar seu histórico e compreender o que havia por fazer.

Após levantamento das responsabilidades apontadas no PDDM (Arts. 46 a 50), a secretaria teve a incumbência de organizar a Conferências Municipal das Cidades, obedecendo ao calendário encaminhado pelo Concidades e Ministério das Cidades.

A 5ª Conferência Municipal das Cidades aconteceu nos dias 23 e 24 de maio, no auditório da Unime de Lauro de Freitas. O evento foi um importante espaço de interação e diálogo entre representantes do Poder Público local e a sociedade civil organizada. A 5ª Conferência teve como temática “Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já”, tema proposto pelo Conselho Nacional das Cidades que teve a missão de focalizar a discussão na área de habitação, mobilidade e saneamento - indispensáveis ao desenvolvimento urbano, além de estimular a participação da sociedade em cada município para, em conjunto, apresentar soluções que melhorem a vida de todos. O resultado foi apresentado através do relatório final, que foi aprovado pelo Concidades.

Posteriormente, dando continuidade as atividades do conselho, foram realizadas 6 reuniões ordinárias , destacando a aprovação do Regimento Interno que será enviado para publicação no Diário Oficial.

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

A Seplan é a secretaria responsável pelas atividades do Conselho Municipal de Habitação (CMH), criado pela Lei Municipal 1.292 de 26 de março de 2008. Os membros representantes dos poderes Executivo e Legislativo, nomeados pela atual gestão, não encontraram memória oficial do CMH e suas realizações passadas, e assimcoube à secretaria buscar informações inerentes ao CMH, a fim de resgatar seu histórico e compreender o que havia por fazer.

Verificou-se que o Conselho Municipal de Habitação, que vem a ser também o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), até então nunca havia atingido a completude de seus membros em caráter oficial. O primeiro Decreto Municipal publicado após a lei de criação do CMH, o Decreto 3.191 de 17 de novembro de 2009, nomeou apenas seis membros titulares, sendo três servidores do Executivo Municipal e três representantes da Sociedade Civil, ao passo que a Lei estabelece dezesseis membros titulares e o mesmo número de suplentes. Diante de tal quadro, foram

adotadas as medidas necessárias para atingir a composição legal do Conselho, o que foi alcançado com os Decretos Municipais 3.633/2013, 3.637/2013, 3.654/2013 e 3.660/2013.

Vários órgãos foram consultados na busca por informações e orientações: Segov, Seinfra, Semasci, Projur. Em reunião com a Caixa Econômica Federal foram apresentadas as várias pendências do CMH com o Ministério das Cidades.

No intuito de regularizar o CMH perante os órgãos competentes e honrar as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Adesão deste Município ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) com o Ministério das Cidades, de acordo com as exigências da Lei 11.124/2005 do SNHIS, a Seplan providenciou as seguintes ações, através dos membros representantes:

1. Nomeação e posse de todos os membros previstos por lei, contemplando a participação paritária de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantindo a proporção de um quarto das vagas aos representantes dos movimentos populares;
2. Realização de oito assembleias com massiva participação de todos os segmentos representados no Conselho;
3. Elaboração e aprovação do Regimento Interno do Conselho;
4. Eleição da Diretoria Executiva, o que se oficializou através da publicação da Portaria CMH nº 01 de 19/11/2013 no Diário Oficial do Município;
5. Aprovação do Plano Local de Habitação de Interesse Social, que foi elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisa e Tecnologia Gerencial Aplicada – IPGA e havia sido entregue à Municipalidade no ano de 2012;
6. Elaboração dos relatórios de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, referentes aos anos de 2009 a 2012, com consequente aprovação dos Conselheiros e publicação no Diário Oficial do Município;

AMOM

Com o intuito de promover a interação entre a secretaria e a Associação de Moradores do Loteamento Miragem, a Seplan participou de duas reuniões promovidas pela AMOM onde elencou as demandas sugeridas pelos moradores, apresentou os mapas do loteamento que foram elaborados, respondeu aos questionamentos dos associados e estabeleceu prioridades para o loteamento, segundo a perspectiva da associação.

Como resultados dessa comunicação, destacam-se foi a publicação da retificação do TAC do loteamento, permitindo a alteração do uso do solo na Quadra X do Miragem e a operação de fiscalização das residências que possuem obstáculos nas calçadas, impedindo o acesso do cidadão.

SALVA

Atendendo à solicitação da Associação de Moradores e Amigos do Loteamento Vilas do Atlântico - Salva, a Seplan participou de reunião com os associados, onde teve a oportunidade de esclarecer dúvidas dos moradores e apresentar propostas para o loteamento.

Através do diálogo com os moradores, a Seplan formalizou solicitação de remoção das guaritas da Salva, duas delas por estarem sobre as calçadas e uma por estar prejudicando a visibilidade dos motoristas. As guaritas foram demolidas no mês de dezembro.

PROJETO CIDADE BICICLETA

Por iniciativa da Seplan, foi convocada uma reunião entre a Conder e a secretaria para conhecimento do Projeto Cidade Bicicleta e das etapas de execução, e definição de um plano de trabalho entre as partes.

Observando a impossibilidade de execução do projeto no município, foi formado um grupo de trabalho com a participação da Seplan, Settop, Seinfra e Conder para adaptação do traçado, inserindo novas vias e retirando outras, de forma a tornar viável a implantação em Lauro de Freitas.

O traçado proposto foi encaminhado à Conder para a adequação do projeto.

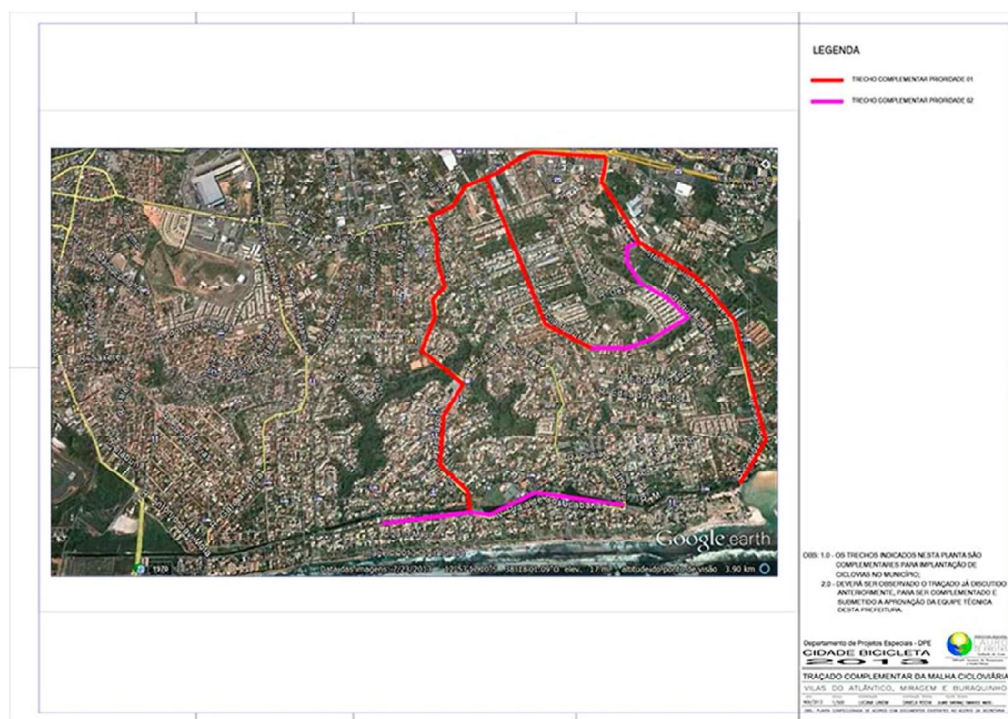


Figura 92 - Traçado complementar da malha ciclovária

UNIME

Desde o início da gestão, para a formação da equipe da Central de Atendimento, a Seplan contou com a colaboração da Unime, que direcionou estudantes de arquitetura para a seleção. Dando continuidade a essa parceria, foi elaborado a minuta do termo de cooperação entre a Unime e a PMLF, com o objetivo de utilizar o Escritório Modelo do Curso de Arquitetura como ferramenta para projetos de Habitação de Interesse Social e Equipamentos Públicos, além de possibilitar a contratação de estagiários para a Seplan, e o Termo de Cessão de Direitos Autorais e Plano de Trabalho.